

ATA DA 3ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO NOMEADA PELA PORTARIA 5.211/2023, REALIZADA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA, EM 22 DE FEVEREIRO DE 2024.

Presidência: Vereadora Dorinha Melgaço. **Abertura:** 13h22min. **Quórum de Abertura:** Registrada a presença dos membros da Comissão os Vereadores Dorinha Melgaço (União Brasil), Diácono Gê (PSDB), Raphael de Paulo (PL), Eugênio Ferreira (PMN) e Cléber Canoa (Cidadania). **Sumário: 1ª Parte: Expediente:** Constatada a presença do quórum regimental foi dispensada a leitura e aprovada a ata da 2ª Reunião desta Comissão, realizada em 8 de fevereiro de 2024. **2ª Parte: ORDEM DO DIA:** Inicialmente a Presidente informou que seria ouvida nesta reunião a Sra. Joice Lourenço Pinheiro, Presidente do Conselho de Administração do Unaprev, conforme requerimento aprovado na 2ª Reunião desta Comissão, e explicou que primeiramente a Sra. Joice poderia falar livremente sobre o Ofício que encaminhou a esta Casa e depois daria tempo aos Vereadores para que façam perguntas. A Sra. Joice compareceu acompanhada do Dr. Eustáquio Ferreira Júnio, seu advogado, que solicitou a juntada da sua Procuração nos autos da CPI, que foi prontamente recebida pela Presidente. Em seguida, a Sra. Joice começou o seu depoimento: “Vou usar do momento para fazer as considerações, para esclarecer a origem do Ofício 02/2023 do Conselho e iniciar falando que as constatações foram constatadas no Cálculo Autorial de 2023 de inconsistências na carreira de 1.131 servidores para o reajuste do ano de 2022. Esses reajustes que variaram de onze a cem por cento. Diante dessas inconsistências, a Controladoria Interna, anteriormente a manifestação nas aposentadorias voluntárias, ele passou a analisar a evolução da carreira onde constatou supostas irregularidades nas promoções e progressões do ano de 2022. A Controladoria solicitou providências ao Conselho de Administração. A Controladoria Interna do Unaprev. Onde o Presidente do Conselho, Edson Ferrão, oficiou o Prefeito expondo a preocupação do Conselho com estas supostas irregularidades e, também, o impacto que isso causaria no déficit autorial. Após oficializar também o Prefeito, o Presidente, Edson Ferrão, juntamente com o Dr. Joaquim, Presidente do Conselho Fiscal, eles criaram uma comissão conjunta justamente para fazer esta averiguação, onde tinha na Presidência o Sr. Edson Ferrão, o qual nomeou como esta que vos fala como relatora e o José Carlos como secretário. Por conseguinte, esta que vos fala fez o relatório baseado nos dados da manifestação do Controlador Internado da Unaprev. Feito o relatório, foi apresentado a Comissão e também ao Conselho de Administração para ser encaminhado ao Chefe do Executivo Municipal, o que foi feito e, também, aguardou a sua manifestação, onde, não havendo a manifestação, ficou acordado no conselho de encaminhar para os órgãos fiscalizadores que seriam a Câmara Municipal de Unaí, o Ministério Público e o Tribunal de Contas, o que foi realizado gerando o Ofício 002/2023, que foi encaminhado a esta Casa e também ao Ministério Público. Como não temos acesso ao Tribunal de Contas, foi encaminhado ao Controle Interno do Município. O Ministério Público apresentou a notícia fato que virou um inquérito e a Câmara através da Petição zero três que resultou na CPI, instaurada através da portaria 5211 de 27 de dezembro de 2023. O Conselho de Administração juntamente com o Fiscal agradece as providências tomadas, tanto pela Câmara Municipal quanto pelo Ministério Público do Estado de Minas. Diante do relatório final das Comissões Conjuntas desta Casa, apresentado ao Conselho através do Ofício 716, foi enviado pelo Conselho de Administração o Ofício 04/2023 apenas para dirimir algumas dúvidas sobre a denúncia apresentada no Ofício 02 do Conselho de Administração que poderiam desviar seu objeto das supostas irregularidades legais nas promoções e progressões das aposentadorias concedidas, além de complementar com informações da real situação/realidade pertinente a Unaprev. Quero informar que tudo que está sendo relatado também se encontra no Processo 127 de 2022 do Conselho de Administração do Unaprev e quero informar também no tocante ao Ofício 04 de 2023 que a avaliação autorial de 2023 completa sobre o exercício de 2022

foi enviada pela Diretora Presidente do Unaprev através do Ofício 095 de 2023 em resposta ao Ofício 35 de 2023/União Brasil, oriundo da Vereadora Dorinha Melgaço, atual Presidente da CPI, constando toda situação financeira do Unaprev, tal como saldo devedor a ser aportado pelas patrocinadoras para equacionar o déficit autoral e todas as explicações sobre a realidade do Instituto. Eram essas as considerações iniciais”. Prosseguindo, a Presidente questionou a Sra. Joice se ela soube de alguma providência que o Prefeito tenha tomado em relação as Promoções e Progressões das pessoas que estavam se aposentando. A Sra. Joice Respondeu: “Quanto ao relatório que foi encaminhado, tanto é que tinha o prazo para ele se manifestar e o que foi decidido pelo Conselho de Administração foi que se ele não mostrasse manifestação, que seria encaminhado aos Órgãos Fiscalizadores. Como não teve essa manifestação, então prosseguiu-se com o que foi acordado pelo Conselho”. A Presidente questionou novamente se a Sra. Joice conhece alguma providência que o Prefeito tenha tomado com relação a este fato. A Sra. Joice Respondeu: “Foi criado agora um decreto, o 7378, que ele colocou o, foi o decreto do reenquadramento, esse Decreto foi o que ele fez, segundo, para solucionar caso dessas suposições”. A Presidente questionou se isto foi feito para quem está se aposentando ou para quem está ativo na Prefeitura. A Sra. Joice afirmou: “Para quem está na carreira”. Questionada se o Controle Interno da Prefeitura recebeu o ofício na mesma data que a Câmara e Ministério Público, a Sra. Joice respondeu: “Foi após”, “foi nove dias após”. Questionada sobre qual a providência que o Controle Interno do Município prestou ao Conselho do Unaprev, respondeu: “Ele respondeu, via ofício, falando que como já tinha realizado as denúncias, ele não precisava realizar novamente”. Perguntada se questionou ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas sobre as providências que estes Órgãos estejam tomando, a Sra. Joice ainda explicou: “O Ministério Público a notícia fato virou inquérito. Agora, quanto ao Tribunal, como o Conselho não tem acesso, foi encaminhado justamente ao Controlador Interno Municipal, porque ele tem acesso”. A Sra. Joice explicou à Presidente que o relatório foi feito baseado com dados do Controlador Interno do Unaprev, com auxílio da assessoria jurídica do Unaprev. A Presidente questionou a Sra. Joice se ela considera que as irregularidades nas promoções e progressões também geram irregularidade na aposentadoria. A Sra. Joice respondeu: “antes da apuração do Ministério Público é apenas uma suposição, ela tem direito a aposentadoria”. A Presidente insistiu na pergunta e a Sra. Joice respondeu: “quando falo que eles têm direito à aposentadoria, é porque eles complementam outros requisitos: tempo, idade, contribuição. Agora, quanto a evolução salarial, promoções e progressões, não deixa de ter também o salário incorreto, pois não foi respeitado o devido interstício, se não foi respeitado o devido interstício, então não cabe o direito”. Questionada quanto ao ofício que encaminhou a esta Casa, se ele foi discutido no Conselho e constado em Ata ou foi atitude pessoal, a Sra. Joice respondeu: “ele não passou pelo conselho, pois é uma matéria que já havia sido discutida no conselho”. Questionada se isto é o correto no Conselho, disse: “Eu represento o Conselho” “já havia sido decidido antes”. A Presidente questionou se a Sra. Joice foi pressionado por parte do Diretor do SAAE e se houve pedido para que ela mudasse o seu depoimento. A Sra. Joice afirmou: “Não, não tem pressão” e afirmou que não houve pedido para que mudasse o seu depoimento. Em seguida, a Presidente passou a palavra para o Vereador Rafael de Paulo para que faça as perguntas que considerar pertinentes. O Vereador Rafael de Paulo questionou se o Conselho de Administração do Unaprev encaminhou ao Governo Municipal o relatório apontando as irregularidades antes de enviar a esta Casa e a Sra. Joice disse: “Correto”, e afirmou que, por não haver esta resposta, encaminhou o relatório aos órgãos reguladores. Questionada se considera que o Sr. Olímpio, Secretário Municipal de Administração, poderia auxiliar esta Comissão, a Sra. Joice disse: “Eu não tenho acesso ao processo, então eu não sei te falar”. Questionada se em sua visão há algo de fato errado nos enquadramentos, respondeu: “Como foi feito o relatório baseado em manifestações, então são suposições, supostas

irregularidades”. Questionada se saberia dizer o motivo de alguns servidores serem reenquadrados enquanto outros foram aposentados, disse: “Não”. O Vereador Raphael de Paulo perguntou se os dez exemplos enviados a esta Casa citando os nomes foram aposentados e ela respondeu: “eles foram aposentados, mas eu quero deixar claro que eu fui contra, mas eu tinha que assinar como Presidente”. Questionada sobre como é o relatório para aposentadoria e quem vota, respondeu: “O Conselho de Administração é composto por representantes do SAAE, representantes da Câmara, representantes dos Ativos, representantes dos Inativos e duas cadeiras de indicação do Prefeito”. Questionada se votou contra todas as aposentadorias, afirmou: “Sim”. Perguntada se saberia dizer o motivo dos servidores citados terem sido aposentados se possivelmente estava irregular a evolução na carreira deles, disse: “por causa da aprovação no Conselho em sua maioria”. Prosseguindo, a Presidente passou a palavra para o Vereador Cléber Canoa, que inicialmente questionou a Sra. Joice se haveria condições da Unaprev destrinchar os casos dos servidores citados de acordo com os critérios de progressão e aposentadoria, o que está errado em relação a estas aposentadorias. Neste momento a Vereadora Dorinha Melgaço pediu a palavra e pontuou que foi feito o questionamento e notificação ao Prefeito e ele não respondeu a Unaprev, a Câmara fez o mesmo e ele não respondeu. A Presidente explicou que este ato é do Poder Executivo e a Câmara não conhece o ato e nem a Unaprev. Em seguida, a Sra. Joice respondeu: “O relatório 2 de 2023 foi encaminhado juntamente com as supostas irregularidades desses 10 que foram aposentados e além do interstício houve outros critérios que também não foram respeitados. Isso baseado de dados da manifestação da Controladoria Interna do Unaprev”. A Sra. Joice disse: “eu quero falar que todos os supostos atos de progressão e promoção estão elencados no Ofício 02/2023/CONSELHODE ADMINISTRAÇÃO. A Presidente questionou a Sra. Joice se com a documentação disponível ela considera possível identificar as irregularidades. A Sra. Joice respondeu: “os atos foram fornecidos ao Controle Interno”. Questionada se estes atos não foram fornecidos a Câmara, respondeu: “eu não sei”. A Presidente questionou a Sra. Joice se ela teve acesso ao ato administrativo que deu origem as aposentadorias, enquadramentos e mudança da Lei, respondeu: “como o relatório foi baseado em dados manifestados pelo Controle Interno, o Controle Interno teve”, “Controle Interno da Unaprev”. A Vereadora Dorinha Melgaço questionou a Sra. Joice se a Unaprev omitiu documentos e ela respondeu: “não temos os processos, temos só os atos, como está no relatório que a Comissão Conjunta fez, podem notar, neste relatório que elencou os dez, que foi feito nos dados que foram fornecidos nos atos, não em todos os processos. Tanto é que cada servidor elencado lá teve uma análise diferente, de acordo com a documentação que foi fornecida”. Questionada se sabe informar quem são os servidores que fizeram partes da Comissão que tratou do assunto na Prefeitura, respondeu: “eu não sei te falar”, “não conheço”. Questionada se quem dá Parecer Jurídico para Unaprev é o Procurador Geral do Município, Dr. Antônio, respondeu: “Correto”. Questionada se isso é juridicamente legal, respondeu: “não tenho como responder”, “não sei”. Prosseguindo, a Presidente passou a palavra para o Vereador Eugênio Ferreira, que iniciou dizendo a Sra. Joice: “Inicialmente parabenizar pela sua bravura em zelar do dinheiro público do nosso município e dizer que estou muito preocupado com relação quando você nos relatou que inicialmente houve uma denúncia a Prefeitura com relação a estes cálculos e a Prefeitura não respondeu. Posterior a isso vocês enviaram a Câmara e depois ao Ministério Público que virou inquérito. Nós estamos aqui e acredito, também, que o Ministério Público já está fazendo a sua parte, uma vez que já se tornou inquérito”, “A Câmara Municipal ela está meio que vetada, infelizmente a gente não consegue ir muito do que a gente deseja, do que a gente almeja, em realmente servir a nossa gente com transparência, com dignidade, com moralidade, mas eu, como relator, estarei trabalhando firme nesses relatórios, afim de que realmente possamos preservar o futuro da Unaprev e preservar também o patrimônio público municipal”. Continuando, o Vereador Eugênio Ferreira questionou a

Sra. Joice se ela saberia dizer se há a possibilidade de haver mais servidores com inconsistências, além dos já apresentados. A Sra. Joice respondeu: “não sei”. O Vereador Eugênio Ferreira questionou a Sra. Joice se a Prefeitura se manifestou em algum momento sobre os apontamentos feitos pelo Conselho do Unaprev. A Sra. Joice respondeu: “não”. A Presidente questionou a Sra. Joice se poderia informar o nome do Controlador Interno do Unaprev e ela disse: “Thyago de Sousa Lima”. A Presidente questionou a Sra. Joice se saberia informar sobre o caso de uma Auxiliar de Serviços Gerais que se aposentou como Técnica de Saúde. A Sra. Joice respondeu que não houve esta aposentadoria e o processo está arquivado. Em seguida, a Presidente passou a palavra para o Vereador Diácono Gê que perguntou a Sra. Joice se é possível afirmar que os dez nomes citados foram aposentados de forma irregular ou são apenas suposições. A Sra. Joice respondeu: “foram supostas irregularidades” e afirmou que está sendo apurado pelo Ministério Público e esta CPI. Questionada pelo Vereador Diácono Gê se estes fatos são comuns no Unaprev ou são apenas fatos isolados, a Sra. Joice respondeu que apenas presenciou estes fatos. Questionada se o Decreto que citou foram providências que o Prefeito tomou pra regularizar e enquadrar esses servidores, respondeu: “não foi relacionado ao que o Conselho de Administração encaminhou pra ele. Prosseguindo, o Vereador Rafael de Paulo disse: “pelo que estou entendendo, a gente não consegue avançar nesse processo porque nos falta a metodologia de enquadramento” e questionou: “Alguém poderia me dizer quem poderia nos dar esta informação?”. Em seguida, o Vereador Rafael de Paulo questionou a Sra. Joice se o Unaprev tem esta metodologia. A Sra. Joice respondeu: “foi o Controle Interno que apurou, do Unaprev”. Questionada se o Controle Interno do Unaprev tem esta metodologia, respondeu: “provavelmente sim”. A Presidente agradeceu a contribuição da Sra. Joice Lourenço Pinheiro e propôs requerimentos para auxiliarem os trabalhos desta Comissão. **REQUERIMENTO 1:** A Presidente propôs requerimento verbal no sentido de solicitar ao Controlador Interno do Município que apresente a esta Comissão quais foram as providências tomadas por ele quanto a denúncia apresentada a ele pelo Conselho de Administração do Unaprev. Submetido a turno único de votação, o requerimento foi aprovado por cinco votos favoráveis, nenhum voto contrário, nenhuma abstenção e nenhuma ausência. **REQUERIMENTO 2:** a Presidente propôs requerimento verbal no sentido de requerer do Poder Executivo os processos/trabalhos elaborados pela comissão de enquadramento, instituída pelas Portarias nº 4.134, de 17 de julho de 2018, e nº 4.138, de 19 de julho de 2018, que instruiu a expedição do Decreto nº 4.903 de julho de 2018, o qual promoveu o enquadramento dos servidores desse Poder Executivo, entre os planos antigos e atual. Submetido a turno único de votação, o requerimento foi aprovado por cinco votos favoráveis, nenhum voto contrário, nenhuma abstenção e nenhuma ausência. **REQUERIMENTO 3:** A Presidente propôs Requerimento Verbal no sentido de Requerer do Poder Executivo informações sobre quais são os (as) servidores (as) que compuseram a comissão de enquadramento, instituída pelas Portarias nº 4.134, de 17 de julho de 2018, e nº 4.138, de 19 de julho de 2018, de modo a possibilitar eventual convocação desses agentes para esclarecimentos futuros quanto aos trabalhos que instruíram a expedição do Decreto nº 4.903 de julho de 2018. Submetido a turno único de votação, o requerimento foi aprovado por cinco votos favoráveis, nenhum voto contrário, nenhuma abstenção e nenhuma ausência. **REQUERIMENTO 4:** A Presidente propôs requerimento verbal no sentido de convocar o Controlador Interno do Unaprev, Thyago de Sousa Lima, para prestar depoimento a esta Comissão e que ele traga todos os documentos utilizados na apuração das supostas irregularidades nas aposentadorias de servidores municipais apresentadas no relatório do Conselho Municipal do Unaprev encaminhado a esta Casa através do Ofício 002/2023/CONSELHODEADMINISTRAÇÃO, conforme protocolo n.º 000992. Submetido a turno único de votação, o requerimento foi aprovado por cinco votos favoráveis, nenhum voto contrário, nenhuma abstenção e nenhuma ausência. **REQUERIMENTO 5:** a pedido

